

A RELAÇÃO DE GÊNERO NAS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO RURAL

Lígia Albuquerque de Melo*

1. Introdução

Ampliar e aprofundar estudos de gênero tem se tornado cada vez mais urgente, principalmente nos espaços rurais onde a temática é menos abordada comparativamente às localidades urbanas. A importância de tratar o tema se dá pela sua relevância em si, assim como pelas inúmeras e velozes mudanças ocorridas no mundo atual.

A questão de gênero que envolve homens e mulheres, resguardando as diferenças peculiares de cada um dos sexos, é compreendida antes de tudo como o campo primordial, dentro do qual ou por meio do qual o poder é articulado (Scott, 1989). Com base nessa teoria, a relação de poder precede a rede de outras relações sociais que o gênero permeia, como as

políticas, familiares e de trabalho, bem como a condição biológica que diferencia as pessoas segundo o sexo. Essa relação de poder tem como base as atribuições milenarmente impostas ao homem e à mulher pela sociedade, que reserva ao homem a condição de indivíduo superior, e à mulher, a de inferior.

Dentre as várias mudanças experimentadas pela atualidade e que suscitam naturalmente a inclusão da temática de gênero, podemos citar, dentre tantas outras, a existência de uma nova ruralidade e as transformações apresentadas pelo mundo do trabalho, como, por exemplo, a introdução da reestruturação produtiva, modelo de produção que se volta para a competência, exigindo qualificação da força de trabalho.

* Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco, doutoranda em Sociologia pela UFPE.

As transformações gerais acontecidas no mundo do trabalho, incluindo-se as ocorridas no espaço rural, têm favorecido a mulher ao permitir que ela participe, juntamente com o homem, do mercado de trabalho tradicionalmente ocupado pelo masculino. Isto ocorre porque a sociedade, ao se constituir, delegou cargos diferenciados para os dois sexos. Ao masculino foi atribuída a responsabilidade da esfera pública, e ao feminino, a da esfera privada. A primeira é entendida como o lugar comum, o próprio mundo, a rua. É o social, o que tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Esse é o lugar adequado para a liberdade, a realização e a honra. Enquanto a esfera privada estaria associada ao individual, à intimidade, à afetividade, à casa, em oposição, a esfera pública, à necessidade, à futilidade e à vergonha, embora tais condições não fossem exclusivas desse espaço (Arendt, 1997; Da Matta, 1991). Desse modo, o homem partiria para a esfera pública, para o mundo do trabalho, em busca dos proventos para sustentar a família, enquanto que a mulher ficaria no espaço privado da casa, ou seja, do espaço doméstico, uma espécie de gestora, mas também executora, pois cuidaria desde os afazeres da casa aos cuidados gerais dos filhos e do marido, caso possuía, e demais membros da família, até o gerenciamento, para as mulheres casadas, dos recursos destinados ao ambiente doméstico.

Esta concepção dicotômica de privado e público, como lugar de mulher e lugar de homem, já não faz tanto sentido nos dias atuais com a presença marcante da mulher no mundo do trabalho. A participação da mulher na PEA (pessoas efetivamente trabalhando somadas àquelas que estão procurando emprego na semana em que está acontecendo a pesquisa sobre emprego) tem crescido desde a década de 1970 em quase todos os países do mundo,

segundo dados do Banco Mundial. As Nações Unidas revelaram que, aproximadamente 45% de todas as mulheres do mundo entre 15 e 64 anos de idade estão economicamente ativas (Banco Mundial, apud Lombardi, 1996). No entanto, devemos lembrar que, apesar da conquista da mulher ao marcar presença de forma crescente num ambiente antes exclusivo do homem, ela não conseguiu ainda que ele compartilhe da responsabilidade do espaço “da casa”, senão na condição de ajudante, com a liberdade de desempenhar as tarefas quando desejar. Dessa forma, “a casa” continua sendo obrigação da mulher e, por isso, para tomar parte na esfera pública, é ela quem recorre aos serviços de outras mulheres – as empregadas domésticas – e/ou das creches para as tarefas da competência do espaço doméstico, durante sua permanência no mundo do trabalho.

A mulher, ao participar do trabalho remunerado, enfrenta condições de desvantagem perante o homem, pela sua histórica condição de indivíduo inferior, determinada pela sociedade patriarcal. Nesse aspecto, mesmo com a chance de participar do mercado de trabalho, ela tem menos oportunidade do que o homem de se qualificar profissionalmente, sendo, desse modo, a força de trabalho preferida para o desempenho das atividades econômicas ditas precárias, pouco qualificadas, repetitivas ou inferiores (Melo, 1998). A mulher, mesmo se qualificando, enfrenta dificuldades para ocupar cargos de topo, embora hoje, ao contrário de décadas passadas, as possibilidades para a mulher nesse sentido estejam se ampliando.

O mercado de trabalho rural também tem experimentado transformações a partir, por exemplo, da utilização de técnicas agrícolas modernas. Esse tipo de mudança, ocorrido em diversas localidades rurais brasileiras, tem possibilitado à mulher a oportunidade de se assalariar, como ocorre no semi-árido do Nordeste, mais precisamente na região do submédio São

A relação de gênero nas transformações do mundo rural

Lígia Albuquerque de Melo

Francisco, nas áreas beneficiadas pelo programa de irrigação implantado pelo Governo Federal. Porém, a participação da mulher no mercado de trabalho rural se limita praticamente às áreas que utilizam a irrigação, pois nas demais localidades a tecnologia é do tipo tradicional, dependente das chuvas ou de molhação, e a mulher trabalha na unidade familiar de produção, mas sem remuneração. Trata-se de uma força de trabalho invisível, considerada por todos como ajudante e não como trabalhadora.

As diversas transformações vividas pelo mundo rural, que se refletem, dentre outros aspectos, na modernização da agricultura, nos hábitos culturais da população local, no acesso aos bens e serviços usados no meio urbano, têm, desde os anos 1960, motivado pesquisadores dos países desenvolvidos a refletir e teorizar sobre as profundas mudanças ocorridas naquele espaço. A partir daí, algumas conclusões foram extraídas como a de que a dicotomia do rural-urbano não mais existe e até mesmo nunca teria existido; a ruralidade chegou ao fim, vivemos num mundo *continuum* – uma homogeneização do rural e do urbano, sem fronteira entre os dois espaços, ou a compreensão de que estamos diante de um novo rural, com novos contornos, com nova roupagem.

No Brasil, desde os fins dos anos 1980, pesquisadores têm se dedicado a essa questão. Alguns defendem a teoria do espaço *continuum*, outros acreditam que essa idéia é generalizada ou insuficiente para explicar as modificações no meio rural. Para a corrente de estudiosos defensores da permanência do rural, aquele espaço mantém sua identidade de mundo mas, evidentemente, com transformações marcantes, mais visíveis em umas localidades do que em outras. É nesse contexto de que o rural existe que tentarei abordar a relação de gênero na agricultura na região semi-árida do Nordeste. Focarei a questão na agricultura que utiliza técnicas modernas

de irrigação, onde o assalariamento da força de trabalho feminina é marcante, e na agricultura familiar de subsistência, cujas técnicas de cultivo são tradicionais, e a mulher, mesmo participando dos afazeres agrícolas, juntamente com os familiares, comumente não possui, como o homem, a identidade de trabalhadora rural. O não reconhecimento da participação efetiva da mulher nessa forma de produzir acarreta prejuízos para o elemento feminino da região, como o de não ser contemplada por programas sociais governamentais e não-governamentais, embora sua participação não seja vetada, a exemplo do crédito agrícola, do acesso à terra e da capacitação da mão-de-obra. Esses programas dirigidos aos produtores rurais, mesmo não intencionalmente, favorecem a participação do masculino, pois são desenhados, planejados para atender à categoria dos produtores rurais que "naturalmente" é formada por homens.

2. O novo mundo rural e a questão de gênero

Estudar as particularidades inerentes ao mundo rural, assim como as inúmeras transformações ocorridas nesse espaço promovidas, por exemplo, pela modernização em sentido geral, têm, há muito, constituído tema de discussões e debates realizados por pesquisadores dedicados à questão agrária. Esses estudiosos se interessam pelo desnudamento do rural, identificando suas peculiaridades e as diferenças com relação ao seu mundo opositor, o urbano, deixando de lado características de exclusividade, anteriormente atribuídas aos dois mundos, em que o rural se apresentava como o atrasado, o pobre, e o urbano refletia o progresso, a riqueza. Ao invés de um rural à margem do desenvolvimento, a crença desses estudiosos é a de que esse espaço tem

experimentado mudanças, e que, na realidade, estamos convivendo com um novo mundo rural.

A existência de um rural em ritmo de transformação, com a agricultura modernizada ou em processo de modernização, com a presença da industrialização no campo e da urbanização rural, é percebida por outra corrente de estudiosos, inclusive brasileiros, como uma tendência ao rompimento da secular fronteira rural-urbano. Acreditam eles numa homogeneização do rural e do urbano, no *continuum*, e cada vez se torna mais difícil delimitar esses espaços (Graziano, Lefevre, Mendras e outros). A teoria do *continuum* rural-urbano, na concepção de Nazareth Wanderley, tem como base e pressuposto o processo da urbanização do campo, visto como resultado, sobretudo nos países desenvolvidos, da efetiva expansão das cidades, das crescentes facilidades de acesso da população rural aos bens e serviços modernos produzidos nos centros urbanos e a níveis de renda mais próximos aos dos habitantes das cidades, e da tendência à uniformização dos modos de vida (Wanderley, 1997). Sob essa ótica, (Serraceno, 1996) o que passa a existir é uma ruralidade, cuja definição geralmente apresenta muito problemas. Tem sido utilizada sobretudo pelas ciências sociais para descrever os processos de mobilidade social gerados pelo desenvolvimento econômico, preocupando-se muito mais em descrever as transformações ocorridas com a urbanização do que aquelas que tiveram lugar nas zonas rurais abandonadas.

Trazendo a discussão do *continuum* rural-urbano ou novo rural para a realidade brasileira, a minha compreensão é a mesma de que (Wanderley, 1997), ou seja, o rural é um espaço que continua existindo com suas especificidades, embora com uma nova roupagem.

A partir desse entendimento de que o rural não acabou, mas vive um processo de mudanças, assimilando características do urbano, identifico que, para a realidade

brasileira, as transformações ocorridas no espaço rural não aconteceram de forma idêntica, nem se processaram simultaneamente por todo o país e sequer em nível regional. Nesse aspecto, as mudanças são percebidas mais claramente nas regiões Sul e Sudeste, e em menor proporção no Nordeste. No caso do Nordeste semi-árido, transformações são visíveis no rural do pólo Petrolina (PE) – Juazeiro (Ba), localizado no submédio do rio São Francisco e, menos perceptíveis no restante da região.

As modificações no mundo rural do Nordeste podem ser medidas, por exemplo, no "modo de fazer a agricultura". Em determinadas localidades da região, isso se confirma através do uso de técnicas e máquinas modernas, da prática de novos tipos de ocupação ou de atividades ditas urbanas, além da inserção da mulher no trabalho assalariado agrícola, antes reservado ao homem.

As mudanças ocorridas na agricultura, um dos indicadores do novo mundo rural, são identificadas na forma de produzir, diferente do cultivo tradicional adotado na região. Esse setor tem apresentado "uma outra cara", proporcionada pela modernização, pelo uso diversificado de máquinas e equipamentos tecnologicamente sofisticados (arado mecânico, máquina de beneficiamento, trator, pulverizador de pragas, aspersor e pivô central, usados na prática da irrigação, plantadeira etc.), em substituição às ferramentas tradicionais, ainda largamente utilizadas na região (arado de tração animal, foice, enxada, machado etc.). Do mesmo modo, o uso de defensivos tóxicos no lugar dos naturais faz a diferença nesse cultivo agrícola, assim como a troca de culturas básicas, como o milho, o feijão e a mandioca, produzidas para atender às necessidades da família e do mercado local, em favor da adoção de culturas como as da uva e manga voltadas para o mercado externo.

A relação de gênero nas transformações do mundo rural

Lígia Albuquerque de Melo

As transformações associadas à agricultura são identificadas também pelo uso de novas ocupações ou adoção de atividades tipicamente urbanas, dentre outras, a de motorista, encanador, mecânico, digitador e programador de computador, cozinheiro, recepcionista, economista, consultor, assessor, vigia, médico, auxiliar de enfermagem e copeira, bem como a prática do consórcio de empresas rurais, gerando grupos empresariais para evitar a falência de firmas. Do mesmo modo a utilização da terceirização de serviços, alternativa da flexibilização do trabalho, usualmente praticada pelo mundo urbano, é também adotada no meio rural em localidades que empregam técnicas modernas na agricultura.

As mudanças no mundo rural são percebidas ainda no mercado de trabalho agrícola que, antes de acesso quase que exclusivo do homem, passa a ser disputado também pela mulher, como acontece nas áreas urbanas. É o caso de localidades do Nordeste onde a agricultura é praticada com o auxílio de técnicas agrícolas modernas. O uso dessas técnicas tem favorecido a inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, principalmente nas empresas de fruticultura. Porém, mesmo sendo beneficiada pela oferta de emprego, a força de trabalho feminina é "naturalmente" ocupada nas atividades consideradas de menor prestígio social nas empresas – na função de trabalhadora rural –, enquanto que os cargos de direção, gerência e assessoramento são atividades do masculino. Assim, no cultivo da uva praticado na região, a função de trabalhador rural é predominantemente desempenhada pela mulher. A preferência pelo trabalho da mulher se estabelece, segundo os produtores, pelas "características femininas", como habilidade manual e paciência, necessárias ao cultivo da uva. Detentora dessas virtudes, a mulher é escolhida para realizar as atividades do

raleio, colheita e embalagem do produto, tarefas determinantes das qualidades citadas.

O que está subjacente à preferência pelo trabalho da mulher no cultivo da uva é, sem dúvida, a produtividade, que é superior à do homem. A performance da mulher tem na realidade, como pano de fundo, a subordinação de gênero ditada pelo sistema patriarcal vigente na sociedade (Melo, 1997).

A utilização da força de trabalho da mulher pelo mercado de trabalho agrícola beneficia não somente o empregador, como a própria mulher. O dono dos meios de produção, ao convocar a mulher a participar do mercado de trabalho, permite, embora não seja este o seu propósito, que ela saia do isolamento que caracteriza as tarefas da casa, da esfera privada e responsabilidade da mulher, e ingresse no espaço público, o da "rua". Na esfera pública, o trabalho social é realizado em conjunto com outras pessoas não pertencentes ao âmbito familiar. O convívio coletivo proporcionado pelo trabalho social possibilita à mulher construir sua consciência crítica, o que significa a destruição da crença na sua inferioridade em relação ao homem.

A integração da mulher no mercado de trabalho rural do Nordeste, na condição de assalariada, a partir de mudanças ocorridas com o uso de técnicas agrícolas modernas, também permite à trabalhadora rural o acesso a bens e serviços utilizados pela mulher da área urbana, modificando, desse modo, seus hábitos. Dentre tantas outras, as mudanças podem ser percebidas no visual dessa mulher, e vão dos trajes aos adereços e aos cuidados com a higiene pessoal. O uso de calças jeans, miniblusas, calçados do tipo tênis, óculos escuros, perfumes, maquiagem, cremes hidratantes para a pele etc., em substituição aos vestidos surrados, sandálias de borracha e chapéus de palha, utilizados pela maioria das

A relação de gênero nas transformações do mundo rural

Ligia Albuquerque de Melo

mulheres das áreas rurais do Nordeste, são algumas das transformações identificadas nas trabalhadoras assalariadas.

Mudanças na dieta alimentar, com a introdução de massas e conservas, e o uso de bens de utilidade doméstica como refrigerador, televisor, aparelho de som e, em menor proporção, máquina de lavar roupas, também são percebidas no novo mundo rural. Igualmente, a utilização de métodos anticoncepcionais pelas mulheres, como a laqueadura de trompas, assim como deixar os filhos menores em creches ou em casa, sob os cuidados da empregada doméstica, enquanto ela trabalha, do mesmo modo que aspirar para os filhos a uma vida melhor em termos de emprego, podendo este ser conseguido na agricultura, desde que numa função de prestígio social como a de agrônomo, fazem parte da realidade do novo mundo rural. No entanto, hábitos assimilados pelo feminino, assim como pelos demais indivíduos pertencentes ao meio rural a partir da nova roupagem desse ambiente, não significam que eles, bem como o meio rural como um todo, tenham perdido a identidade, valores. Além disso, mudanças de hábitos não acontecem de forma absoluta no sentido de que todos os habitantes rurais incorporem necessariamente as transformações.

3. A questão de gênero na agricultura familiar de subsistência

O mundo rural brasileiro não é absoluto, de modo que a presença do novo rural associado ao tradicional é uma realidade. Cada localidade é diferenciada pela ênfase nas características que a classificam de nova ruralidade ou apenas de zona rural. Assim, a região semi-árida do Nordeste, embora possuidora de traços modernos, como a ligação com o mundo através de meios de comunicação, se apresenta como tradicional no que se refere à prática da

agricultura. Nessa região a forma social de produção predominante é a familiar, milenar e universalmente conhecida. A agricultura familiar é uma idéia necessariamente genérica, embora apresente diversas formas particulares.

Segundo Hugues Lamarche, o modo de funcionamento do estabelecimento agrícola pode determinar-se por laços específicos entre as lógicas familiares e os fatores de dependência. As lógicas familiares se referem ao papel da família na organização da produção. Para medir o grau de intensidade dessas lógicas, ele utiliza três elementos: a terra, o trabalho e a reprodução familiar. Por outro lado, para medir o grau de dependência/autonomia da organização da produção agrícola, ele elegeu a dependência tecnológica, a financeira e a de mercado. A partir das lógicas familiares e da dependência, o autor define quatro modelos teóricos de funcionamento: 1) O Modelo Empresa – é pouco familiar, utiliza regularmente uma força de trabalho externa assalariada. A dependência do estabelecimento se exerce tanto no plano tecnológico quanto no financeiro ou comercial. 2) O Modelo Empresa Familiar – é primordialmente familiar. A organização do trabalho estrutura-se principalmente em torno de uma mão-de-obra familiar. Este modelo é muito dependente do exterior. 3) O Modelo Agricultura Familiar Moderna – estrutura-se em torno de uma dupla dinâmica com, de um lado, a busca de uma diminuição constante do papel da família nas relações de produção e, de outro, a busca da maior autonomia possível. 4) O Modelo Agricultura Camponesa e de Subsistência – define-se por uma forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior. Composto por estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas bastante tradicionais. O objetivo primeiro é o de satisfazer as necessidades familiares. Há distinção entre estabelecimentos de Subsistência e Cam-

A relação de gênero nas transformações do mundo rural

Ligia Albuquerque de Melo

poneses, que se baseia no projeto dos produtores dos estabelecimentos. O projeto da unidade de Subsistência é, antes de mais nada, conservar estruturas permitindo a sobrevivência do grupo doméstico; é óbvio que o do estabelecimento Camponês não pode se resumir a isso. A diferenciação entre esses dois tipos deve ser concebida a partir dos sistemas de valores e de representação (Lamarche, 1998).

No semi-árido do Nordeste, a agricultura familiar é amplamente adotada. Essa forma social de produção, que funciona como o meio de sobrevivência da população da região e também a grande responsável pela produção de alimentos, "sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparada ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor 'bloqueado', impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção" (Wanderley, 1996). As dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, principalmente aqueles que cultivam para subsistência, em se estabelecer economicamente esbarram, dentre outros, no acesso à terra, às técnicas agrícolas modernas e ao crédito bancário, fatores que se não impedem, restringem a integração ao mercado e, conseqüentemente, a prosperidade desses produtores.

No modelo de agricultura de subsistência, amplamente adotado no semi-árido, a produção do estabelecimento destina-se principalmente à alimentação familiar, pois apenas uma pequena parcela da produção é comercializada. Do trabalho agrícola participam, além dos pais e dos filhos e filhas, outros membros da família e os agregados. A força de trabalho de terceiros (formada por produtores da região inseridos nesse modelo de agricultura, proprietários ou não de terra) só ocasionalmente é contratada. A troca de serviços entre produtores também é utilizada na agricultura de subsistência da região.

A mulher dessa região tem uma significativa participação na agricultura, pois, juntamente com o homem, desenvolve as várias atividades agrícolas. No entanto, na agricultura familiar de subsistência, mesmo a mulher tendo uma participação efetiva na produção, o seu trabalho nem sempre é reconhecido, é visível. O não reconhecimento é processado não apenas pelos homens, como pelas próprias mulheres. O trabalho da mulher é sempre considerado como uma ajuda, sem, portanto, identidade profissional. Na concepção dos membros das famílias, as mulheres, de forma contrária aos homens, trabalham eventualmente, dedicam poucas horas às tarefas ligadas ao setor e só desenvolvem as atividades ditas leves. Além disso, são pessoas "fracas", que "só vivem doentes", fatores que comprometem o desempenho e impedem que elas trabalhem para terceiros. No entanto, dados revelam que a maioria das trabalhadoras da região labuta na agricultura da família durante todo o ano, de segunda-feira a segunda-feira e participa de todas as atividades, porém realiza principalmente as tarefas da colheita e do plantio, que a divisão sexual do trabalho agrícola elegeram como atividades femininas. Em caso necessário, a mulher não está isenta de executar tarefas reconhecidas como masculinas, como a destoca. A "flexibilidade" de trabalho nas atividades agrícolas também é válida para o trabalhador masculino que, numa época de pique da colheita, trabalha juntamente com as mulheres (Fischer e Melo, 1996).

A idéia de que a mulher não trabalha na agricultura familiar é uma interpretação distorcida da realidade e que, lamentavelmente, as estatísticas oficiais não desmistificam quando deixam de revelar o desempenho de homens e mulheres na produção agrícola, as horas trabalhadas, do mesmo modo que os tipos de atividades exercidas por ambos os sexos.

A invisibilidade do trabalho da mulher rural na agricultura familiar, provocada por determinação da sociedade patriarcal e que elegeu o homem como o responsável pela produção social, dificulta a sua participação nas atividades agrícolas remuneradas. Assim, as diárias de trabalho oferecidas na região do Semi-Árido são naturalmente endereçadas aos trabalhadores do sexo masculino. A mulher só trabalha para terceiros nos casos de extrema necessidade, como, por exemplo, devido ao abandono ou doença do marido, e desamparo da família e do INSS às viúvas e idosas.

A mulher da maioria das áreas do Semi-Árido, mesmo não sendo reconhecida como força de trabalho agrícola, representa, juntamente com as demais mulheres, 51% do número total dos 17.935.113 habitantes da região (IBGE, 1996). Apesar de ser maioria e de desempenhar importante papel na economia local (as estatísticas oficiais não apresentam variáveis indicativas da produção do setor agropecuário, por sexo dos trabalhadores), as mulheres estão à margem das políticas públicas endereçadas à região.

A desconsideração com a questão de gênero pode ser exemplificada pela política pública para a Reforma Agrária¹, do mesmo modo que na relacionada à seca do semi-árido por meio dos Programas de Emergência de Seca implantados pelo Governo Federal, que não contemplam a questão de gênero. Eles remetem à atuação do masculino como se o público atingido pelos efeitos da seca fosse apenas formado por homens. Essa realidade na qual a mulher é preterida – ao invés de ser igualmente considerada pelo programa, levando-se em conta as especificidades de ambos os sexos – nos remete à invisibilidade da mulher na agricultura familiar do Semi-Árido (Melo, 1999).

A questão de gênero também é esquecida pelos programas de capacitação técnica promovidos pelo Estado para

atender aos produtores da região do semi-árido. Esses programas, desenvolvidos por vários órgãos governamentais, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa – Sebrae e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/ Ebape, com o objetivo de promover melhores condições de vida na região, não privilegiam a equidade de gênero. Assim, os cursos promovidos são praticamente dirigidos só aos homens, mesmo a mulher participando também das atividades ligadas ao setor agrícola. Os ensinamentos contidos nos cursos refletem a relação de gênero em vigor, que privilegia a participação do masculino, embora este não seja o objetivo desses órgãos. Desse modo, os cursos relacionados, por exemplo, ao associativismo, ao uso de agrotóxicos, à apicultura, à conservação do solo e da água e à alimentação animal são "naturalmente" dirigidos ao público masculino. No caso da mulher, os ensinamentos estão voltados para o cultivo e uso de plantas medicinais, alimentação alternativa, horticultura, fabricação de queijo, avicultura (galinha de capoeira), ou se relacionam a corte/costura, tapeçaria e crochê. Esses ensinamentos qualificam a mulher no espaço da casa e, no máximo, ao redor dela, negando ou desconhecendo o papel da força de trabalho feminina no espaço público do trabalho agrícola. Porém, é importante destacar que se a transmissão do conhecimento técnico estiver relacionada a atividades produtivas ligadas ao setor agropecuário, embora comumente realizadas pela mulher, como da fabricação do queijo, o público alvo da capacitação pode passar a ser o homem se o objetivo for o de produzir em escala de comercialização.

A ausência de uma equidade social de gênero, considerando as diferenças culturais, nos programas dirigidos aos produtores rurais do Semi-Árido perpassa também as organizações não-gover-

A relação de gênero nas transformações do mundo rural

Lígia Albuquerque de Melo

namentais – ONGs. Um exemplo disso é a ONG Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais – Caatinga –, estabelecido no município de Ouricuri-PE. Essa organização, embora sensível à necessidade de estabelecer possibilidades de melhoria de vida iguais para homens e mulheres da região, constrói suas ações centralizadas no masculino, seguindo o modelo dos programas sociais criados pelo Estado – com base na dicotomia dos espaços privado e público como ambientes exclusivos de mulheres e homens, respectivamente.

4. *À guisa de conclusão*

O mundo rural continua existindo, experimentando, no entanto, uma complexidade de transformações com a presença de ações, estratégias, novos atores sociais etc. que dão uma nova roupagem a esse espaço. O rural assimila experiências características do mundo urbano mas, num processo de mão dupla, este também se utiliza do rural quando, por exemplo, nas últimas décadas pessoas, em busca de melhor qualidade proporcionada pelo ambiente do campo, adquirem residências para ali morar definitiva ou temporariamente, e realizam programas ecológicos nas férias.

As mudanças no mundo rural podem ser percebidas de maneira mais geral na infra-estrutura local, no acesso aos meios de comunicação, e, de forma mais específica no mercado de trabalho, mudanças de hábitos culturais e no processo de produção agrícola. No mercado de trabalho, é visível a introdução de novas ocupações promovidas pela modernização da agricultura, bem como a participação da mulher no mundo do trabalho.

A introdução de técnicas agrícolas modernas proporciona o assalariamento da força de trabalho feminina, que, no modelo social de produção da agricultura familiar de subsistência não é identificada como trabalhadora, mas cognominada de ajudante. A invisibilidade do trabalho da mulher nesse modelo produtivo influi no direcionamento dado às políticas públicas voltadas para a pequena produção, na qual se insere a agricultura de subsistência, quando os programas não consideram a relação de gênero, sendo desenhados para atender à clientela masculina.

A interação entre os mundos rural e urbana, embora seja uma realidade, não é suficiente nem determinante para o fim da ruralidade ou o fim da fronteira rural-urbano. O rural continua com sua identidade de espaço agrícola, espaço do campo, espaço do verde.

¹ Este tipo de reforma sempre foi concebida, pensada, a partir do homem e para o homem, pois a sociedade se rege pelo sistema do patriarca. Associado a isso, o principal elemento que está em jogo na reforma é a terra, patrimônio tradicionalmente masculino, embora a mulher também tenha uma íntima relação com ela ao desenvolver inúmeras atividades a ela relacionadas. Apesar disso, a mulher participa dessa reforma (da distribuição de terras) quase sempre em condições especiais, ou seja, quando ela perde a referência do masculino, em caso de morte ou abandono do marido e na ausência de um filho homem e maior de 18 anos, impossibilitado, portanto, de assumir o lote (FISCHER; MELO, 1998).

Referências bibliográficas

- AREDENT, Hannah. *A condição humana*. 8. ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- DAMATTA, Roberto. *Acasa e a rua*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan S.A., 1991.
- FISCHER, Izaura Rufino; MELO, Lígia Albuquerque de. *O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola*. Recife: Ed. Massangana, 1996.
- _____. *A (in) visibilidade da mulher na reforma agrária*. Projeto de Pesquisa. Recife, 1998. Mimeo.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contagem da População de 1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996
- LAMARCHE, Hugues (coord). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- LOMBARDI, Maria Rosa e POSTHUMA, Anne Caroline. *Gênero e Exclusão Social*. Apresentado no XX Encontro Anual da Anpocs. GT "Trabalho e Sociedade", Caxambu/1996.
- MELO, Lígia Albuquerque de. *Reprodução da subordinação de gênero: o caso da mulher trabalhadora rural de empresa de uva do submédio São Francisco*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 1997. Mimeo.
- _____. *A reconstrução da desigualdade entre homens e mulheres no novo paradigma produtivo*. Recife, 1998. Mimeo.
- _____. *Gênero: uma questão no programa de emergência?* Recife, 1999. Mimeo.
- SERRACENO, Elena. *O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia*. Tradução Ângela Kageyama.
- SCOTT, Joan. *Gender: an useful category of historical analysis*. Gender and the politics of history. New York. Columbia University Press, 1989.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. ANPOCS, 1996. _____. Projeto de pesquisa. 1997.